O MARANHÃO NOVO, RELAÇÕES ENTRE O PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS E O INTERVENTOR MARANHENSE PAULO RAMOS (1937-1945): A CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS DE ENALTECIMENTO AO REGIME ESTADONOVISTA E AS QUESTÕES REFERENTES À SAÚDE PÚBLICA NO MARANHÃO

Anna Caroline Silva Gomes

RESUMO: Inquestionavelmente, o presidente Getúlio Vargas é considerado uma das figuras e/ ou personagens históricos mais controvertidos da História do Brasil Republicano. Consideraremos aqui então, o recorte temporal correspondente ao contexto histórico autoritário do Estado Novo (1937- 1945). Com esta pesquisa, pretende- se analisar a construção da lógica do Estado Novo num âmbito internacional, não obstante enfatizando as relações que se consolidaram entre o presidente Getúlio Vargas e os interventores "federais". Neste caso, analisaremos o governo de Paulo Martins de Sousa Ramos (1936- 1945), que governou o Maranhão por quase nove anos, no período que coincide com o regime estadonovista no Brasil. Decerto, que o alvo das preocupações sanitárias àquela época era a Capital Federal. Todavia, indagaremos em que proporção essas medidas propostas pelo projeto político estadonovista, também se consolidaram. Se considerarmos regiões mais distantes, interiorizadas e periféricas. Além das relações mantidas entre os governos federal e estadual, ainda analisaremos a construção e circulação de discursos por políticos e intelectuais maranhenses, que enalteciam, vangloriavam o Estado Novo de Vargas, corroborando deste modo, a questão da função social dos intelectuais na sociedade.

PALAVRAS- CHAVE: Estado Novo. Maranhão. Saúde Pública.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Inquestionavelmente, o presidente Getúlio Vargas é considerado uma das figuras e/ ou personagens históricos mais controvertidos da História do Brasil Republicano. Consideraremos aqui então, o recorte espaço temporal do estado do Maranhão, correspondente ao contexto histórico autoritário do *Estado Novo* no Brasil (1937- 1945).

Com esta pesquisa, pretende- se analisar a construção da lógica do Estado Novo brasileiro (1937- 1945), analisando as influências importantes para a sua elaboração e

consolidação, num âmbito internacional, observadas a partir da disseminação de discursos autoritários preponderantes na Europa no período em questão, no caso os *discursos nazifascistas*. Pensando como tais discursos foram recepcionados, interpretados e disseminados por intelectuais na sociedade brasileira e maranhense da época.

Não obstante, enfatizando as relações que se consolidaram entre o presidente Getúlio Vargas e os interventores "federais", ou seja, os chefes de governo nos estados. Dentro dessa perspectiva, o Maranhão será considerado. E neste caso, analisaremos o governo de Paulo Martins de Sousa Ramos(1936- 1945), conhecido no estado, por Paulo Ramos e que governou o Maranhão por quase nove anos, no período que coincide com o regime *estadonovista* no Brasil.

Pensar as relações entre Getúlio Vargas e Paulo Ramos durante o Estado Novo nos leva a refletir também sobre a institucionalização de um projeto de medidas relacionadas à questão da saúde pública no Maranhão no período que se pretende analisar. Decerto, que o alvo das preocupações sanitárias àquela época era a Capital Federal. Todavia, indagaremos em que proporção essas medidas propostas pelo projeto político *estadonovista*, também se consolidaram se considerarmos regiões mais distantes, interiorizadas e periféricas. Analisaremos no âmbito desta pesquisa, o caso maranhense.

Além das relações mantidas entre os governos federal e estadual, ainda analisaremos a construção de discursos por políticos, intelectuais maranhenses, que enalteciam, vangloriavam o *Estado Novo* de Vargas e questionaremos se realmente as benfeitorias prometidas nos aparatos legais foram realmente efetivadas na prática, no estado do Maranhão. Precipuamente, observando se as medidas contidas no programa elaborado no governo de Getúlio Vargas foram realizadas, no que diz respeito às questões de saúde pública no Maranhão, ou se ficaram restritas à Capital Federal.

Nesta pesquisa propor- se- á uma análise das medidas instituídas em relação à saúde pública brasileira, considerando a efetivação de tais medidas nos estados da federação, neste caso, o estado do Maranhão.

Torna- se relevante realizar essa pesquisa devido à escassez de trabalhos científicos que tratem as relações do presidente Getúlio Vargas com os interventores federais. Há

ainda a necessidade de se conversar sobre isso, rever como se davam tais relações decorrentes da tomada de poder por Vargas, com a denominada Revolução de 1930. Analisando não tão somente, o seu projeto de chegada ao poder, mas também observando e analisando o seu projeto político específico de consolidação do seu governo e institucionalização de suas reformas do Estado brasileiro.

Deste modo, questionaremos o contexto em que foram instauradas reformas e reformulações no plano de governo de Vargas durante o Estado Novo no quesito saúde pública, enfatizando se realmente tais medidas foram colocadas em prática ou ficaram apenas restritas a documentos oficiais, ou mesmo se foram somente implementadas na capital federal. Por isso há a necessidade de estudos de áreas mais longínquas e/ interiorizadas do país, e nesta pesquisa estudaremos o caso maranhense.

Precisamos também analisar se essas medidas relacionadas com a questão da saúde pública no Brasil foram de certo modo negociadas com alguns setores da sociedade brasileira, considerando mais especificamente o caso da sociedade maranhense. Pensar se existiam grupos sociais que clamavam pelas melhorias da saúde pública e do saneamento básico no Brasil e no estado do Maranhão. Como se deram a institucionalização dessas reformas na saúde pública do país e como foram recepcionadas pela sociedade brasileira e maranhense. E ainda questionar que tipo de "verdade" sobre o Estado Novo e a questão da saúde pública se pretendeu legitimar, observando as diferenças entre os discursos e a realidade.

Destarte, enfatizaremos as questões referentes à contextualização do Estado Novo num âmbito internacional por meio de uma discussão elaborada pelo historiador Boris Fausto, numa exposição oral revista pelo autor, contida na coleção de textos organizada por Dulce Pandolfi, *Repensando o Estado Novo,* coletânea esta que contribui fortemente para um debate pertinente sobre o período.

A fim de estabelecer uma conexão do contexto internacional da época, com o regime do Estado Novo, o historiador Boris Fausto traça um caminho um pouco diverso do convencional, recuando aos tempos da 1ª Grande Guerra (1914-1918). Dessa maneira, fugindo de discussões que priorizam influências óbvias de determinados regimes autoritários e totalitários na emergência do Estado Novo.

De acordo com Fausto (1999, p. 17), o século XX começa com a grande conflagração da guerra e com a introdução de rupturas e novidades, como as novas técnicas de confronto. Além da amplitude do envolvimento intenso das Forças Armadas dos países envolvidos. A própria Revolução Russa, para Fausto, representa uma ruptura no curso da guerra. E após o conflito, no decorrer dos anos 20, emergiria na Europa uma nova direita, que adverte Boris Fausto que poderíamos chamar de revolucionária ou contra- revolucionária, se a expressão "direita revolucionária" provocar arrepios.

No contexto de emergência de regimes totalitários e autoritários na Europa do Leste e Ocidental, Fausto nos mostra a possibilidade de apontar alguns regimes com direta influência na organização do Estado Novo e na construção de sua ideologia. Esclarecendo, deste modo, que a moldura sindical do Estado Novo sofreu forte influência da *Carta de Lavoro*, vigente na Itália de Mussolini; as técnicas de propaganda estadonovistas influenciadas pelo exemplo nazi- fascista.

Boris Fausto sugere pesquisas no sentido de questionar em que medida já existia um projeto autoritário para o Brasil por parte de Getúlio Vargas e sua equipe, em inícios dos anos 30. Ou se tal projeto foi sendo formulado, ao longo dos anos, devido à crise mundial e dos embates políticos. O historiador acredita que já vinham sendo adotadas medidas muito cedo pelo governo provisório visando estabelecer canais de propaganda governamental e reforçando os instrumentos de repressão política. Decerto que 1930 não determinou, inexoravelmente, o desfecho de 1937.

Por conseguinte, para Fausto (1999, p.20) desde logo parece ter existido um projeto político centralizador, unitário, antiparlamentar, forjado por Getúlio Vargas e sua dita *entourage* civil e por alguns nomes da cúpula do exército, como por exemplo, o general Góis Monteiro. Até chegar ao Estado Novo passou pela ação do movimento integralista, de corte fascista do qual o Estado tratou sempre de guardar distância no plano ideológico.

Mônica Pimenta Veloso (1982, p.71) em discussão relevante sobre a configuração do campo intelectual no livro *Estado Novo: Ideologia e Poder* nos esclarece sobre a elaboração de um projeto político ideológico extremamente bem articulado que soube capitalizar os acontecimentos, reforçar situações e, sobretudo, convencer da preeminência

de uma nova ordem centrada no fortalecimento do Estado. Tal projeto centrou- se em construir uma nova estratégia político- ideológica capaz de legitimá- lo frente à opinião pública. Conforme Velloso, o Estado Novo possui caráter de experiência política "bem sucedida"; especificidades de suas propostas; capacidade de angariar adesões e absorver conflitos. E o referido regime não pode ser explicado, simplesmente, pela emergência de circunstâncias sócio- políticas favoráveis como a conjuntura internacional de guerra ou a emergência de regimes autoritários.

Sobre o novo papel a ser executado pela sociedade brasileira do período em questão, Mônica Velloso (1982, p.97-98) nos fala acerca do Estado que elege e autoriza a própria opinião pública, no caso a sociedade civil a exercer a coerção no caso de insubordinação. Deste modo, recorrendo à própria argumentação do discurso. Já que o Estado se estabeleceu com base no "consentimento público", a sociedade civil que o legitimou tem o dever de defendê- lo, não permitindo de nenhum de seus membros [da sociedade civil] venha a quebrar a harmonia do todo, discordar do seu idealismo e perturbar o seu equilíbrio.

Os estudos sobre a denominada Era Vargas (1930- 1945) possuem imensa expressão dentro do âmbito historiográfico brasileiro. E o período ao qual direcionaremos questionamentos pertinentes ao saber histórico, que no caso trata- se do Estado Novo constitui- se em grande alvo de estudos.

Em *Estado Novo: Novas Histórias,* artigo presente na coletânea Historiografia brasileira em perspectiva, a historiadora Maria Helena Rolim Capelato, nos traz um debate que nos convida a refletir sobre a atenção direcionada por historiadores brasileiros ao estudo do tema populismo, e mais estritamente, do Varguismo no denominando 1º período que corresponde aos anos 30 e ao Estado Novo. E ainda observando que o estudo do Segundo governo de Vargas foi relegado pelos historiadores.

Capelato nos propõe uma reflexão sobre as razões que levaram historiadores a estudar essa fase da História do Brasil, o Estado Novo de Vargas nos dando informações sobre as historiografias mais significativas a partir de 1980 e a revisão conceitual sobre a experiência estadonovista. As análises historiográficas recentes do período estudado enfocam sobre os aspectos não contemplados em historiografia anterior.

De acordo com Maria Helena Capelato, os estudos sobre o populismo da década de 1970 enfocam o processo histórico de maneira mais geral, tendo como marco inicial os anos trinta, com o episódio da Revolução de 1930 e a década de 1960 tendo como marco final a Revolução de 1964. Tratando, deste modo, o populismo como um todo sem considerar as conjunturas que permitem explicar de forma mais aprofundada a Revolução de 30; o Governo Provisório (1930- 1937); o advento do Estado Novo; a redemocratização de 1945; o Segundo governo Vargas; a política desenvolvimentista de JK; os conflitos políticos do inicio dos anos 60 e o desfecho da Revolução de 1964.

Os estudos historiográficos da década de 70 eram marcados pelas grandes sínteses e generalizações teóricas, um método explicativo mais amplo que não permite a colocação de questões específicas. Dentro dessa perspectiva, o processo histórico era interpretado como um modelo econômico e político que tipificava uma etapa do Capitalismo brasileiro. Por isso devemos pensar a questão da renovação da História Política, que tratou- se de uma reação à ênfase no estrutural, enquanto definidor de processo histórico; aos enfoques deterministas que não levaram devidamente em conta a liberdade de escolha e de ação dos sujeitos na história.

Maria Helena Capelato (2007, p.184) concorda com a historiadora Ângela de Castro Gomes, no que diz respeito à impossibilidade de compreensão dos avanços dos estudos políticos no Brasil sem uma "remissão" aos debates interdisciplinares travados no nível internacional, sem uma clara referência ao impacto dramático trazido pelo restabelecimento do autoritarismo e da aberta repressão política (fins da década de 60). Capelato cita, novamente, Ângela de Castro Gomes para destacar o surgimento de uma literatura que buscava a compreensão do fenômeno do autoritarismo e das causas do golpe de 1964. Tal literatura foi marcada por um significativo retorno ao pré- 1964, assim como pelas buscas das raízes mais profundas do autoritarismo brasileiro.

Desse modo, para Maria Helena Capelato (2007, p. 184), essa realidade levou os estudiosos da sociedade brasileira a se indagar sobre a constituição e natureza do autoritarismo no passado mais recente e no de longa duração, e assim dar mais destaque ao período do Estado Novo (1937- 1945). Pode- se afirmar assim, que o crescente interesse dos historiadores pelos estudos referentes ao Estado Novo se deu no contexto

do processo de consolidação da democracia no Brasil, mais especificamente, após o fim da ditadura civil- militar decorrente do golpe de 1964. Numa tentativa de compreender a natureza dos elementos autoritários e suas razões históricas que se configuravam como obstáculo ao jogo democrático.

Entretanto, sempre nos restam indagações a serem feitas para que se construa o conhecimento histórico. Principalmente, quando o personagem a ser indagado é o presidente Getúlio Vargas, uma das figuras das mais contraditórias, controvertidas e que suas ações e passos desde a tomada do poder até o seu último dia, com trágico suicídio são marcados por uma série de controvérsias.

Quando falamos em Estado Novo relacionando com os interventores federais, quando paramos para pensar as relações dos governos estaduais com o governo Federal, as construções historiográficas configuram- se de modo mais escasso. E se considerarmos a questão dos intelectuais e da elaboração de discursos que defendiam o regime autoritário de Vargas, ainda precisamos escrever mais um pouco, mesmo porque dispomos de uma vasta teia de documentação aguardando ser devassada. Visto que, ainda prevalecem os estudos que valorizam a política de aspecto cultural e da construção da nacionalidade, dentre outras questões, que também, inquestionavelmente merecem atenção.

Numa linha mais próxima da que escolheremos para esmiuçar nesta pesquisa, destacamos a dissertação de mestrado intitulada *Os intelectuais no Estado Novo (1937-1945). A trajetória de Paulo de Figueiredo e as revistas Cultura Política e Oeste.* Neste trabalho, Mariana de Castro Schwab desenvolve em três capítulos uma discussão sobre a formulação e divulgação ideológica do Estado Novo, traçando uma análise das práticas institucionais do centro de poder, no caso, o Estado Nacional com o poder regional, o estado de Goiás através das revistas *Cultura Política* da cidade do Rio de Janeiro e *Oeste*, de Goiânia. Com ênfase no estudo da trajetória intelectual de Paulo Augusto de Figueiredo. E ainda salientando como foram organizadas as conexões ideológicas entre a capital federal e o centro do país no processo de consolidação do Estado Novo. Schwab nos apresenta o processo de interiorização do Estado Novo através das ideias.

O primeiro capítulo nos explicita os aspectos gerais da relação entre os intelectuais e o Estado Novo, destacando o contexto político; antecedentes; as transformações de 1920

no âmbito político, cultural e econômico; a Revolução de 1930; a Era Vargas (1930-1945), ressaltando as características fundamentais do Estado e de suas instituições.

Para a autora, os discursos dos intelectuais foram analisados em seus modos de interpretar e conceituar o Estado, assim como o modo que se posicionavam diante da dinâmica do Estado e como este se apropriou de determinadas ideias desses teóricos. A atuação dos intelectuais e o espaço de produção do discurso autoritário no plano nacional de grande relevância teórica era a Revista Cultura Política. As relações entre o Estado e os intelectuais (formado pela "elite dirigente") moldava uma estrutura ideológica do regime de Vargas justificando e formulando o aparato de ideias e direções da doutrina do Estado em vigor.

Dentro desta lógica, os intelectuais colocavam- se como intérpretes do povo e da nação com a missão de dirigir os menos esclarecidos. Apresentavam- se como os portadores da capacidade de diagnóstico da realidade brasileira e propor a solução aos seus problemas.

Já no segundo capítulo, Mariana Schwab destaca o papel da Revista Oeste com publicação oficial entre 1942 e 1944, como se deu uma transformação no agir dos intelectuais se afastando de um viés literário para um âmbito político e ideológico do Estado Novo; a divulgação da ideologia estadonovista em Goiás; a produção de uma ideologia em favor do governo de Pedro Ludovico; e ainda sobre o intelectual Paulo Figueiredo. Por sua vez, o terceiro capítulo narra a trajetória de Paulo Figueiredo nas revistas com análise de biografia e obra, além de influências na administração de Goiânia.

No que se refere às questões pertinentes à saúde pública durante o regime do Estado Novo no Brasil temos a contribuição dos pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) Gilberto Hochman e Cristina M. O. Fonseca, com seu artigo *O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937- 1945*, que nos traz excelente reflexão sobre a saúde pública no regime estadonovista, identificando continuidades e inovações se considerarmos a dita República Velha e ainda discutindo seus impactos sobre décadas posteriores.

Àquela época, já haviam sido criados órgãos e instituições com o intuito de controle e organização da saúde pública, como o Departamento Nacional de Saúde

Pública (DNSP) e o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP). E já eram pensadas questões acerca da responsabilidade governamental nas áreas de saúde, de saneamento e de serviços de profilaxia rural através do combate de endemias rurais.

A gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) marcou a organização de um programa criado para rever essas questões. Capanema foi indicado para o cargo em 1934; e sua gestão (1934- 1945) foi considerada um marco na saúde pública, enquanto política estatal, permanecendo na gestão até o final do governo de Getúlio Vargas.

Consoante Hochman e Fonseca (1999, p. 82), a reforma do MESP proposta por Capanema em 1935 e implementada, a partir de janeiro de 1937 foi que definiu a política de saúde pública, reformulando e consolidando a estrutura administrativa do ministério e adequando- a aos princípios básicos que orientaram a política social do governo Vargas. Os autores nos esclarecem que:

> Portanto, será com a reforma de Capanema — a grande reforma sofrida pelo Mesp desde sua criação — que terá início o processo de reformulação econsolidação da estrutura administrativa da saúde pública, uma estrutura que permaneceu quase inalterada até a criação do Ministério da Saúde em 1953. (FONSECA, HOCHMAN, 1999, p.82)

A saúde pública contou com a criação das delegacias federais de saúde, dos serviços nacionais e das conferências nacionais de saúde. O principal responsável pela implementação das reformas na área de saúde foi João de Barros Barreto, empossado como diretor do DNS, em fevereiro de 1937.A reforma de 1937 instituiu as Conferências Nacionais de Saúde (CNSs) que teriam por função reunir delegações de todos os estados em um fórum nacional para discutir temas de saúde pública. No contexto da ditadura estadonovista prevalecia a visão de que a saúde pública deveria atuar privilegiando as doenças infectocontagiosas, que atingiam o povo brasileiro. Fonseca e Hochman afirmam que:

> A principal orientação era a de debelar surtos epidêmicos e estabelecer métodos de controle e prevenção, num trabalho conjunto com as

> delegacias federais de saúde e com os governos locais. O governo federal, dessa forma, através da equipe técnica que atuava nos estados (médicos sanitaristas, guardas sanitários, enfermeiras etc.), aumentava sua presença nos recantos mais remotos do país, conjugando centralização política com descentralização administrativa, (FONSECA, HOCHMAN, 1999, p.82)

Em relatório elaborado no ano de 1935, Fonseca e Hochman (1999, p.86) constataram que a relação com os estados se deu basicamente através de subvenções e que a distribuição de recursos se deu prioritariamente para combater a malária, a bouba, a peste e a lepra, além de manter convênios com instituições particulares que prestava serviços de assistência. Nesse mesmo relatório, Capanema afirmava que os recursos utilizados com serviços de saúde e educação na esfera federal eram insignificantes e o DF se mantinha como o principal alvo das preocupações sanitárias. As preocupações com a saúde do homem rural estavam diretamente vinculadas a doenças infectocontagiosas que implicavam em risco para a coletividade.

Para os autores, no âmbito da saúde pública, o Estado Novo não significou uma ruptura radical em relação à agenda da década de 1920. No tocante às políticas federais de saúde, prevaleceu o combate às grandes endemias rurais e às epidemias que ameaçavam a população. Agenda esta, que perdurou até o ano de 1953 com a criação do Ministério da Saúde, durante o período do segundo governo Vargas e em especial com a criação do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERU), no ano de 1956.

Neste momento, aproximando- se mais à discussão do espaço- temporal que será contemplado por essa pesquisa, o estado maranhense, traremos a análise de Salviana de Maria Pastor Santos Sousa, mestra e doutora em políticas públicas, num artigo intitulado *O processo de organização dos serviços de saúde: passos iniciais.* O referido artigo é parte de um trabalho mais amplo de investigação, cujos resultados estão expostos na dissertação de mestrado da autora, defendida na Universidade Federal do Maranhão, no ano de 1996, intitulada *"A Reforma Sanitária no Maranhão: mudança e conservação no processo de organização e de gerenciamento dos serviços de saúde".*

Contudo, nos deteremos no debate do contexto histórico compreendido entre os anos de 1936 e 1945, período em que Paulo Ramos governou o estado do Maranhão. Para

Salviana Sousa, trata- se de um momento em que se nota um esforço de institucionalização de uma nova estrutura administrativa com vistas ao desenvolvimento de políticas públicas na área de saúde. E que o cariz de Paulo Ramos, de cunho higienista objetivava cuidar, ao mesmo tempo, da saúde do cidadão e do espaço urbano com vistas a saneá-lo, tendo como referência as normas e regulamentos desenhados pelo poder central.

A construção historiográfica resultante desta pesquisa pautar- se- á no campo da *História Política*, logicamente, que não será na História Política de cunho tradicionalista que obteve predominância dos seus pressupostos que foram tão defendidos e apoiados no decorrer do século XIX. A história política, dita tradicional, era marcada por um caráter factual, elitista, linear e ideológica. No séc. XIX, o poder era sempre o poder do Estado, de suas instituições, aparelhos, dirigentes. O poder era concebido como algo inerente do Estado. E isso de certo modo justifica a preponderância dos eventos políticos.

O campo historiográfico que será utilizado neste trabalho é o da *Nova História*, dita *história- problema*, defendida pela *École des Annales* e que se institucionalizara com a fundação da revista *Annales d'Histoire Économiqueet Sociale,* em 1929, sob liderança dos pensadores Marc Bloch e Lucien Febvre. Os historiadores *annalistes* propuseram uma ampliação do domínio historiográfico, a redefinição de conceitos de documento, de fato histórico, de tempo, além do alargamento de interesses para temas pouco frequentados pela historiografia, dentre outras transformações no âmbito da escrita da história. Tais historiadores direcionavam críticas à historiografia metódica imbuída dos valores e marcas dos pressupostos do positivismo, do cientismo, habitualmente denominada de *positivista*.

Por uma História Política, coletânea organizada pelo historiador francês René Remond, lançada na França em 1988, nos traz um debate renovador sobre o processo de construção historiográfica, e sobre os seus aportes teóricos e metodológicos, apontando-nos novos caminhos e perspectivas; e é de imensa relevância para o público acadêmico brasileiro. O objetivo central desta obra converge na defesa de uma história política que abarque a compreensão de todo o social, sem descartar os caminhos já percorridos e os que ainda nos restam percorrer para a sua renovação, nos chamando a atenção para novas

abordagens, objetos e problemas. Sobre o que significa História, para René Remond, veremos a seguir:

> A história, cujo objeto precípuo é observar as mudanças que afetam a sociedade, e que tem por missão propor explicações para elas, não escapa ela própria à mudança existe portanto uma história da história que carrega os rastros das transformações da sociedade e reflete as grandes oscilações do movimento das ideias. (REMOND, 1988, p. 13)

Remond (1988, p. 14) nos esclarece que a explicação dessas oscilações está na relação entre a realidade observada e o olhar que a observa, considerando alternadamente as mudanças que afetaram o político, as modificações ocorridas no espírito dos historiadores que preferiram fazer dos fenômenos políticos o objeto principal de seu estudo. Os pressupostos da Nova História, defendido por René Remond e pelos outros historiadores, que compunham e escreveram os textos da coletânea consistiam no fato de que a nova história considerava as estruturas duráveis mais reais e determinantes que os acidentes de conjuntura. Deste modo configuravam- se como questões mais relevantes ao estudo histórico: os comportamentos coletivos para o curso da história; os fenômenos inseridos dentro da lógica de longa duração; assim como as realidades do trabalho; das trocas; o estado das técnicas; as mudanças da tecnologia; e as relações resultantes destes processos.

A renovação da nova história política foi marcada, imensamente, pelo contato com outras ciências e pelas trocas com outras disciplinas. Como a sociologia, o direito público, a psicologia social, a psicanálise, a linguística, a matemática, a informática, a cartografia e muitas outras. Para algumas pedindo emprestadas técnicas de pesquisa ou de tratamento, conceitos, vocabulário e até uma problemática.

A construção historiográfica resultante desta pesquisa priorizará o uso de uma abordagem que realça a importância da História Política, História do Discurso e Imaginário. De acordo com José D'Assunção Barros:

> [...] o que autoriza classificar um trabalho historiográfico dentro da modalidade da História Política é naturalmente o enfoque no

> Poder. É o Poder com suas apropriações e as relações por ele geradas, com os seus mecanismos de imposição e transmissão, com sua perpetuação através da Ideologia, com a sua organização através de fenômenos coletivos como as Revoluções ou as resistências individuais no âmbito dos micro- poderes, e com tudo o mais que ao Poder se refere, o que constitui mais propriamente o território do historiador político. (BARROS, 2005, p.128)

Dessa maneira, Barros delimita o campo do que pode ser estudado dentro da nova lógica de História Política elaborada a partir do séc. XX. A História do Discurso a que Barros (2005, p.129) se refere é a que toma como fontes os discursos orais e escritos produzidos por uma sociedade. Trata- se de analisar e/ ou interpretar os registros que foram deixados voluntaria ou involuntariamente no passado. E essas fontes não se limitam às escritas, mas abrangem vestígios da cultura material, imagética, natural, etc.

Francisco Falcon (1997, p.61) propõe tanto um novo olhar historiográfico que busca detectar e analisar as muitas formas que revelam a presença do poder na própria história. Assim como um olhar que indaga sobre os inúmeros mecanismos e artimanhas através dos quais o poder se manifesta na produção do conhecimento histórico. Ao se escolher trabalhar com a noção de poder proposta pela Nova História Política, pretende-se ressaltar as representações sociais ou coletivas, a memória e as diversas práticas discursivas associadas ao poder.

Na mesma direção temos as problemáticas, advindas da História Cultural, de viés historiográfico francês, com a preponderância de nomes como Roger Chartier, Michel de Certeau, dentre outros autores. Roger Chartier (2002, p.16-17) entende que a história cultural tem como principal objetivo, identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.

Em um artigo denominado *História Cultural e a contribuição de Roger Chartier*, José D' Assunção Barros argumenta sobre a História Cultural francesa que se consolidou como campo historiográfico importante, nas ultimas décadas do século XX, no que tange a expansão de objetos de estudo, nos campos de ação e no âmbito das noções conceituais. E como tal modalidade historiográfica nos traz à tona, o estudo dos mais diversos objetos, como a "cultura popular", a "cultura letrada", as "representações", as "práticas

discursivas" partilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos, a mediação cultural através de intelectuais, ou a quaisquer outros campos temáticos atravessados pela polissêmica noção de "cultura".

Barros (2005, p. 126) adverte que a "História Cultural" a ser discutida não se refere à "Nova História Cultural" francesa, por exemplo, mas para designar toda a historiografia que se tem voltado para o estudo da dimensão cultural de uma determinada sociedade historicamente localizada. E que se deve direcionar um olhar mais criterioso para que se faça uma habitual distinção entre História Social da Cultura (ou História Cultural, propriamente dita) e uma História da Cultura, mais atrelada à ideia de Arte ou Literatura, como se pudessem ser estudadas de maneira desvinculada da sociedade que as produziu. Deste modo, cita- se:

> As noções que se acoplam mais habitualmente à de "cultura" para constituir um universo de abrangência da História Cultural são as de "linguagem" (ou comunicação), "representações", e de "práticas" (práticas culturais, realizadas por seres humanos em relação uns com os outros e na sua relação com o mundo, o que em última instância inclui tanto as "práticas discursivas" como as práticas não-discursivas). Para além disto, a tendência nas ciências humanas de hoje é muito mais a de falar em uma "pluralidade de culturas" do que em uma única cultura tomada de forma generalizada. Em nosso caso, como estamos empregando a noção de História Cultural como relativa a um dos enfoques possíveis para o historiador que se depara com uma realidade social a ser decifrada, utilizaremos em algumas ocasiões a expressão empregada no singular ("cultura") como ordenadora desta dimensão complexa da vida humana. Trata-se, no entanto, de uma dimensão múltipla, plural, complexa, que pode gerar diversas aproximações diferenciadas. (Barros, 2005, p. 129)

Dentro da logicidade da Nova História Cultural, os sujeitos são produtores e receptores de cultura, e que devemos olhar com atenção a função social dos intelectuais; abarcando o público receptor, o leitor comum, as massas capturadas, modernamente pela "indústria cultural". Esta pode ser relacionada como uma agência produtora e difusora de cultura. Segundo D' Assunção Barros (2005, p. 129-130) as agências de produção e difusão cultural também se encontram no âmbito institucional: os sistemas educativos, a imprensa, os meios de comunicação, as organizações socioculturais e religiosas.

Resumindo, a História Cultural estuda os meios pelos quais a cultura se produz e se transmite através das práticas e dos processos; os padrões; as "visões de mundo"; os sistemas de valores; os sistemas normativos que constrangem os indivíduos; os "modos de vida" dos grupos sociais; as concepções destes grupos; as ideias disseminadas através de correntes e movimentos de vários tipos, que poder ser compreendidos de maneira mais próxima do campo da *Históriadas Mentalidades*, podendo ser estudados o modo de pensar e de sentir "coletivamente".

Este trabalho configura- se dentro do âmbito da *História Política*, pois discute um projeto de poder atrelado às estratégias de Vargas para a chegada e permanência no poder; analisando as relações do chefe do Governo Federal, o presidente Getúlio Vargas, com o chefe de governo do estado do Maranhão, o interventor federal Paulo Ramos; questiona a elaboração de discursos de enaltecimento ao Estado Novo (1937- 1945) que nos remete às noções elaboradas no contexto da *História Cultural*, pautada nas noções de "práticas" e "representações", enfatizando a construção, a circulação e a recepção de tais discursos pela sociedade maranhense. No seio da História Cultural, encontra- se o subcampo denominado de *História dos Intelectuais,* que nortearão a análise de complexidade de tais discursos disponibilizados por meio de documentação escrita e textual existente na Biblioteca Pública Benedito Leite e no Arquivo Público do Maranhão que nos fornecerão suporte para a escrita deste trabalho; e ainda as questões referentes institucionalização e consolidação de medidas e melhorias no saneamento básico e na saúde pública do estado do Maranhão. Visto que tanto a noção de poder perpassada nas referidas relações entre o chefe de governo federal e estadual, quanto os fatores relacionados ao saneamento básico e saúde pública são questões inerentes ao Estado, no sentido de regulamentação, subvenção e controle.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. **História Política, Discurso e Imaginário Aspectos de uma Interface.** Sæculum - Revista de História; João Pessoa, jan./ jun. 2005.

BARROS, José D'Assunção. **Os Campos da História – Uma introdução às Especialidades da História.** Revista Histedbr On-line, Campinas, n.16, p. 17 -35, dez. 2004.

BARROS, José D'Assunção. **História Cultural e a contribuição de Roger Chartier**. Diálogos, DHI/ PPH/UEM, v. 9, nº 1, p.125- 141, 2005.

CAPELATO. Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. FREIRAS, Marcos Cezar de. (org) **In: Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Como elaborar um objeto de pesquisa.** UFF- PPGH.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. **In: A História Cultural entre práticas e representações.** Trad. Maria Manuela Galhardo, 2ª Ed. Lisboa: DIFEL, p. 13 – 28, 2002.
FALCON, Francisco. História e Poder. **In:** CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAUSTO, Boris. O Estado Novo no contexto internacional. **In:** PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, p.17-20, 1999.

FONSECA, Cristina M. O. HOCHMAN, Gilberto. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937- 1945. **In:** PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, p.73- 93, 1999.

REMOND, René. Uma história presente. **In:** REMOND, René (Org). **Por uma história presente.** Trad. Dora Rocha. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SCHWAB, Mariana de Castro. **Os intelectuais no Estado Novo (1937- 1945). A trajetória de Paulo de Figueiredo e as revistas Cultura Política e Oeste.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2010.

SOUSA, Salviana de Maria Pastor Santos. **O processo de organização dos serviços de saúde: passos iniciais.** R. Pol. Públ., v. 9, n. 2, p.95-116, jul./dez. 2005.

VELLOSO, Mônica P. Uma configuração do campo intelectual. **In:** GOMES, Ângela M. de C.; OLIVEIRA, Lúcia L.; VELLOSO, Mônica P. (orgs). **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro. ZAHAR. 1982, 166p.